



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004579-66.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Anulação de Débito Fiscal**
 Requerente: **TATIANA CASEMIRO DADALTO EPP**
 Requerido: **Fazenda Publica do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Eduardo Montes Netto**

Vistos.

TATIANA CASEMIRO DADALTO EPP ajuizou **AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C.C. DANOS MORAIS** em face da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO** alegando, em sua inicial (fls. 01/10), que já postulou em juízo a anulação dos débitos referentes ao IPVA do veículo Mercedes Bens – classe A-160, placa DBG1741 sendo o processo nº 1007493-74.2014.8.26.0566, perante esta vara, que já transitou em julgado. Que no referido processo foram questionados os IPVAs de 2009 a 2014 sobre um veículo comercializado pela autora em 2005. Que este veículo está bloqueado judicialmente por motivos particulares do proprietário Paulo Roberto Dadin, o que impossibilita a realização de transferência. Que a autora novamente foi surpreendida com a inclusão do seu nome junto ao cartório de protestos, através da CDA nº 1223250, referente ao IPVA de 2015. Requereu a procedência dos pedidos para declarar a inexigibilidade dos IPVAs de 2015 e 2016 referente ao veículo descrito na inicial e condenar a ré ao pagamento de indenização por danos morais. Juntou documentos.

Decisão determinando à autora que emende a inicial para que retifique o valor da causa (fl. 19).

Emenda à inicial à fl. 21.

Recebimento da petição de fl. 21 como emenda à inicial e deferido os benefícios da AJG à autora (fl. 24).

Citada, a ré apresentou contestação (fls. 28/40) alegando que a autora não faz jus à indenização por danos morais, que o único débito de IPVA do veículo em questão é o de 2015, sendo que todos os demais foram cancelados. Que o IPVA de 2016 não foi inscrito e nem será em nome da autora. Que cancelou o débito da CDA do IPVA de 2015 nº 1.200.756.160 e que cancelou o protesto sem ônus para autora, ante o cancelamento da dívida por conveniência administrativa e tributária. Que se o veículo continuou em nome da autora pela ausência de transferência, a inscrição do IPVA em nome dela se fez



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

de forma automática, pois a ré se utiliza do cadastro do Detran para tal fim. Que, constatado o não pagamento do IPVA de 2015, lançou o tributo em nome da autora, pois constante como proprietária do veículo no Detran. Requereu a improcedência dos pedidos e juntou documentos.

Réplica às fls. 65/68.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Pleiteia a autora a declaração de inexigibilidade dos IPVAs de 2015 e 2016 uma vez que desde 2005 o veículo não é mais de sua propriedade, bem como requer indenização por danos morais.

Discute-se no presente caso, portanto, a responsabilidade fiscal do vendedor de veículo que deixa de comunicar a transferência ao órgão de trânsito quanto a tributos incidentes sobre o bem após a tradição, mas antes da ciência da autoridade fiscal acerca do negócio firmado.

Em princípio, não há dúvidas de que, até a efetiva comunicação da venda ao órgão executivo de trânsito, o alienante é solidariamente responsável pelos tributos, penalidades impostas e demais encargos incidentes sobre o veículo. Inteligência dos art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro (para fins de penalidades impostas) e Lei Estadual nº. 13.296/08 (art. 6º, II) para fins de tributo IPVA.

Dispõe o art. 134 do CTB que “no caso de transferência de propriedade, o proprietário antigo deverá encaminhar ao órgão executivo de trânsito do Estado dentro de um prazo de trinta dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação”.

Por sua vez, o art. 6º, II, da Lei Estadual nº. 13.296/08 prevê:

“São responsáveis pelo pagamento do imposto e acréscimos legais:

II - o proprietário de veículo automotor que o alienar e não fornecer os dados necessários à alteração no Cadastro de Contribuintes do IPVA no prazo de 30 (trinta) dias, em relação aos fatos geradores ocorridos entre o momento da alienação e o do conhecimento desta pela autoridade responsável;”.

Depreende-se do dispositivo legal mencionado que o Legislador Estadual instituiu hipótese em que o alienante do veículo, que não cumprir a exigência legal de informar ao Departamento de Trânsito acerca da alienação, se tornará responsável tributário pelo IPVA até que seja realizada a notificação.

Dessa forma, embora o alienante, após comprovada a tradição do veículo, não seja mais considerado como o contribuinte na relação fiscal atinente ao IPVA do carro alienado, em razão do descumprimento da sua obrigação de informar a venda permanece vinculado ao fato gerador do tributo, se tornando



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

responsável tributário sobre o referido imposto.

Entretanto o caso dos autos tem uma particularidade importante e que muda o desfecho do caso.

À fl. 18, consta uma declaração com firma reconhecida emitida pelo Sr. Paulo Roberto Damin em 13/03/2014, na qual ele assume os débitos do veículo em questão após a data da venda, ou seja, outubro de 2005.

Diante disso, há evidente comprovação de que a transferência da propriedade do veículo ocorreu bem antes do fato gerador dos tributos de IPVA de 2015 e 2016, o que afasta a responsabilidade da antiga proprietária, ora autora.

No presente caso, a autora cumpriu seu ônus de comprovar que o veículo sobre o qual recaiu o IPVA não era seu desde 2005.

Ademais, há sentença transitada em julgado em favor da autora que reconheceu inexigíveis os débitos de IPVA relativos aos anos de 2009 a 2014 referentes ao mesmo veículo, pela mesma fundamentação, qual seja a comprovação inequívoca de que foi alienado em período anterior ao fato gerador.

Posto isto, devem ser declarados inexigíveis os débitos de IPVA dos anos de 2015 e 2016 com relação ao veículo descrito na inicial.

Do dano moral:

Conforme documento de fl. 49, ocorreu o protesto da CDA nº 1200756160 relativa ao IPVA de 2015 em 23/11/2015.

Não faz jus ao recebimento de indenização por danos morais, vejamos.

Em que pese o reconhecimento de que o veículo não era mais de propriedade da autora na data do fato gerador dos tributos objetos do presente processo, o que faz com que não seja responsável pelo pagamento, ela poderia ter comunicado o Detran da venda do veículo a qualquer momento, o que teria evitado a inscrição do débito em seu nome e evitado o protesto.

A venda do veículo ocorreu em 2005 e até a presente data não se tem notícias de que a autora comunicou a venda do veículo.

Posto isto, ante sua negligência em comunicar o Detran da venda realizada, de modo que seu nome permaneceu no banco de dados como sendo proprietária do veículo, não há como responsabilizar a ré uma vez que ela se utiliza do sistema do Detran para lançar os débitos.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos para o fim de declarar inexigíveis os débitos de IPVA dos anos de 2015 e 2016 referentes ao veículo descrito na inicial, cancelando-se o protesto em nome da autora com relação a tais débitos.

Ante a sucumbência recíproca, cada parte arcará com metade das custas e despesas processuais, e pagará à parte adversa honorários



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

advocatícios fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa, ressalvados os benefícios da AJG.

P.I.

São Carlos, 13 de dezembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**